


Inventário da Arquitetura Moderna Santista: subsídios para sua preservação

Jaqueline Fernández Alves


Universidade São Judas Tadeu (USJT), São Paulo, São Paulo

 <https://orcid.org/0000-0001-4939-0324>

E-mail: j.fernandez.alves@gmail.com

Cristina de Campos

Universidade São Judas Tadeu (USJT), São Paulo, São Paulo

 <https://orcid.org/0000-0001-9379-5057>

E-mail: crcampos@unicamp.br

Resumo: O artigo trata da arquitetura modernista produzida na cidade de Santos no período de 1930 a 1970 e procura enfrentar a falta de reconhecimento e documentação de edifícios de menor destaque no ambiente cultural e urbano santista, por meio da reflexão sobre uma proposta de inventário dessa produção arquitetônica. Nessa perspectiva, este trabalho, enquanto parte de uma pesquisa de doutorado em desenvolvimento, pretende reunir elementos para uma compreensão alargada do patrimônio moderno santista, que contemple edifícios identificados com um perfil moderno estilizado ou popularizado, constituindo um levantamento de dados indispensável para a criação do inventário que garantirá o reconhecimento dessa arquitetura como de interesse cultural e como forma de ampliar a percepção do cidadão, fortalecendo a memória coletiva. A importância de inventariar essa arquitetura é contribuir para o estudo de um conjunto edificado pouco estudado até o momento, tendo em vista a possibilidade de contribuir para o fortalecimento das políticas públicas de preservação do patrimônio moderno da cidade.

Palavras-chave: Arquitetura Moderna Santista; Inventário; Patrimônio cultural; Arquitetura moderna popular; Preservação.

Inventory of Modern Santos' Architecture: support for its preservation

Abstract: The article deals with modernist architecture produced in the city of Santos in the period from 1930- to 1970 and seeks to relate the lack of recognition and documentation of less prominent buildings in the urban and cultural environment of Santos. From this perspective, this work, as part of a doctoral research in development, intends to bring together elements for a broad understanding of the modern heritage of Santos, which includes buildings identified with a stylized or popularized modern profile, constituting an indispensable data collection for the creation of the inventory that will guarantee the recognition of this architecture as of cultural interest and as a way of expanding citizen perception, strengthening collective memory. The importance of inventorying this architecture is to contribute to the study of a built environment that has been little explored until now. This aims to strengthen public policies for the preservation of the city's modern heritage.

Keywords: Modern Santos's Architecture; Inventory; Cultural heritage; Popular modern architecture; Preservation.

Texto recebido em: 11/01/2024**Texto aprovado em: 14/06/2024**

A cidade de Santos e o ambiente moderno

É possível afirmar que os anos 1940 e 1950 foram os mais produtivos das artes visuais brasileiras, pela atuação de uma profícua geração de profissionais, responsáveis pela difusão internacional da Arquitetura Moderna Brasileira, que logrou alterar substancialmente a condição vigente até então, segundo a qual a cultura nacional tinha se concentrado na reprodução das vanguardas europeias. Para além da arquitetura moderna que teve amplo reconhecimento da historiografia nacional e internacional, interessa aqui ampliar o olhar para uma arquitetura vinculada a um circuito cultural de menor repercussão entre historiadores e críticos, enquanto reinterpretação dos princípios modernistas da primeira linhagem. Surpreende ainda hoje o fato da Arquitetura Moderna produzida no Brasil ter despontado com grande interesse no panorama cultural internacional nos anos 1940-1950, considerando-se que na primeira metade do século XX ainda persistia a tendência generalizada de importação sistemática de vanguardas do hemisfério norte. É provável que esse interesse estivesse relacionado à profunda reinterpretação dos princípios modernistas, nos termos de uma postura antropofágica que, de certo modo, percorreu o caminho inverso, chegando a influenciar a linguagem internacional do pós-guerra (Cavalcanti, 2001, p. 9).

Os exemplares modernistas da arquitetura santista mais amplamente reconhecidos têm os mesmos propósitos que fundamentaram a Arquitetura Moderna Brasileira, ou seja, são exemplares coerentes com o ideário modernista, embora tenham características próprias, vinculadas às influências dos círculos de formação dos profissionais que atuaram na cidade, adotando também as novas tecnologias, outro fator determinante. O mercado imobiliário em expansão, somado às referências culturais dos compradores familiarizados às novidades da modernização do país e dos costumes, determinam as principais características dessa arquitetura, como se o moderno se adaptasse a cada ambiente cultural, propriamente e adequadamente derivado da sua matriz hegemônica.

A cidade de Santos, na virada do século XIX sofreu uma grande transformação com o crescimento das atividades portuárias. De vila colonial

estagnada passou a ser um centro de comercialização e exportação e assim como outras cidades foi assolada por epidemias que devastaram a população sendo necessária a posta em prática de um plano saneador. A drenagem de pântanos e áreas alagadiças, a remoção de morros, a arborização do solo e a retificação dos cursos de d'água com a construção dos canais sob o projeto do engenheiro sanitaria Saturnino de Brito, em definitivo traçaria o futuro urbano da cidade de Santos. Porém é a partir dos anos 1950 que os altos índices de desenvolvimento culminam na cidade com a criação do Polo industrial de Cubatão. A abertura da Via Anchieta facilitaria os acessos e a construção civil tomaria um lugar de destaque. Uma cidade urbanizada com condição de oferta de comércio e serviços urbanos foi suficiente para que a Arquitetura Moderna pudesse se instalar. A Baixada Santista se desenvolve a partir dessas ações, se tornando vizinha a um dos polos industriais mais importantes do país, somado ao consolidado e maior porto exportador da América Latina, o porto de Santos.

A demanda estatal da arquitetura brasileira da Era Vargas com a construção de grandes monumentos e a organização de grande número de concursos refletia a pujança econômica, notabilizando o esforço governamental em modernizar o país: a construção de um Estado Nacional em que predominasse a ideia de emancipação política e econômica, além de uma suposta unidade cultural. Sobre o período do Brasil desenvolvimentista é relevante comentar que “o marco inicial se situa em 1946, quando várias das instituições estatais já haviam sido criadas, ao mesmo tempo em que se abriam novas potencialidades de gestão democrática no país” (Barbosa; Koury, 2021, p. 3).

Os novos caminhos da arquitetura ainda teriam como patrocinador o presidente Juscelino Kubitschek a partir de meados dos anos 1950, idealizando politicamente a construção de Brasília, tendo na figura do arquiteto Oscar Niemeyer a nova estética da arquitetura brasileira, simbolizando a autonomia técnica brasileira no auge do crescimento econômico do período.

O panorama de ascensão econômica, pujança e progresso técnico associado à ideia de modernidade se reflete no espaço urbano das cidades. Avaliar, classificar e contextualizar a arquitetura santista produzida nesse período é de extremo interesse. Dessa arquitetura, são poucas as obras com autoria conhecida mesmo no meio dos profissionais de arquitetura. As obras de Pedro Paulo de Mello Saraiva, Franz Heep, Zenon Lotufo, Oswaldo Corrêa Gonçalves e Alberto Botti & Marc

Rubin, Hélio Duarte, representam uma parcela singela do universo reconhecido da Arquitetura Moderna em Santos. Há, entretanto, uma vasta produção de profissionais pouco ou quase totalmente desconhecidos no cenário da arquitetura brasileira, que tiveram sua formação acadêmica no período das grandes mudanças dos anos 1930 e 1940, e que merecem ser documentados.

Dessa forma, este artigo objetiva apresentar a elaboração de um inventário que está sendo levado a cabo como parte de uma tese de doutorado, onde se evidencia a produção modernista no período entre 1930 e 1970. O desenvolvimento se dá através de análises que se referem à implantação de políticas públicas de preservação já vigentes na cidade de Santos, a metodologia de inventário aplicada e sua exemplificação através de alguns resultados já obtidos contextualizando a tipologia dessa arquitetura, seus autores e sua possível preservação. O inventário está sendo realizado com a aplicação de fichas que mapeiam os edifícios, por meio de uma iconografia histórica, sua implantação e ambiência, estado de conservação, estilo, técnica construtiva, estado de conservação e imagens atuais. A metodologia de trabalho leva em conta alguns aspectos importantes como o reconhecimento de uma linguagem que não seja meramente técnica, para que possa servir a uma possível leitura fluida e participativa do indivíduo ou para diversos fins, sejam profissionais, vinculados a instituições de preservação, como conselhos de patrimônio, mas que também possam ser reconhecidos pelos cidadãos, uma vez que a participação da sociedade civil, estudantes, pesquisadores, guias de turismo, é primordial.

As políticas públicas de preservação do patrimônio e a prática

A valorização das políticas municipais de preservação de patrimônio histórico e cultural se deu a partir de 1988 através da Constituição Brasileira, em um contexto no qual a descentralização passou a ser a solução para aplicação de tutelas mais efetivas. A cidade de Santos implementa essas políticas públicas descentralizadas desde a década de 1990, com a criação do CONDEPASA – Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Santos. No Estado de São Paulo vários conselhos foram criados a partir desse momento: Campinas, 1987; Bauru, 1992; Taubaté, 1994; Piracicaba, 1997; Catanduva, 1999; Jaú, 2003; Cubatão, 2003; São José do Rio Preto, 2003; Itatiba, 2004; Amparo, 2004; São Vicente, 2005;

Jundiaí, 2007; Pindamonhangaba, 2007; Sertãozinho. 2010; Marília, 2012; Itu, 2013; Salto, 2014 (Nascimento, 2018).

O Estatuto da Cidade, lei criada em 2001, determina que uma gestão democrática deve ter a participação popular, e a criação de conselhos gestores nas cidades desde então, é uma realidade. Assim, os conselhos de preservação municipais passam a ter um papel fundamental na aplicação de instrumentos legais que possam definitivamente contribuir para colocar em prática políticas preservacionistas. A criação desses conselhos municipais faz com que a sociedade civil possa, ao menos em tese, participar de decisões importantes sobre a sua própria memória urbana, na medida em que são lugares de compartilhamento entre as várias esferas do governo e a população.

No caso santista, o CONDEPASA, instituído pelo Decreto Municipal nº 906, de 12 de julho de 1989, define regras e propõe soluções para a salvaguarda do patrimônio histórico da cidade. Entre suas competências está a própria definição da política municipal em defesa do patrimônio, a deliberação sobre tombamentos, a promoção de estratégias de fiscalização, a participação na elaboração de planos e projetos, e a manutenção de contatos permanentes com organismos públicos e privados, nacionais e internacionais, visando obtenção de recursos, cooperação técnica no planejamento das etapas de preservação e revitalização de bens culturais da cidade.

Embora não possua website próprio, todas as informações pertinentes ao Conselho estão alocadas no sítio eletrônico da prefeitura. É necessário salientar que o CONDEPASA foi responsável pela elaboração do “Inventário de Estilos Arquitetônicos da Cidade de Santos” disponível no site (CONDEPASA, 2019). Convém esclarecer que embora se intitule inventário, é na verdade um levantamento de imóveis importantes da cidade com a sua classificação estilística apenas, porém contendo informações essenciais acerca da história de diversas tipologias arquitetônicas.

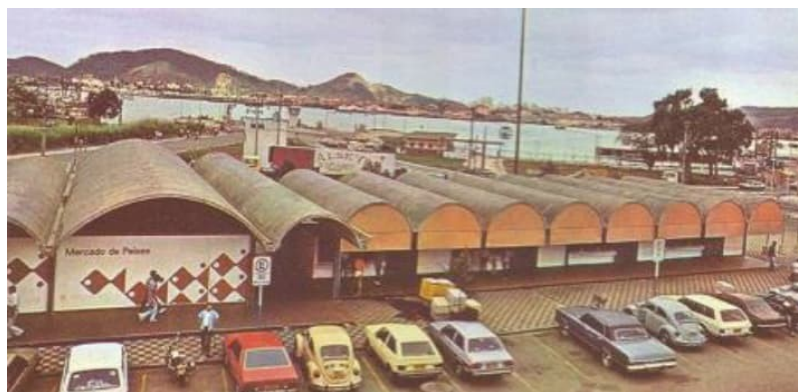
No que se refere à legislação de proteção do patrimônio cultural, a cidade de Santos tem priorizado, entre bens tombados, os remanescentes do período colonial e alguns edifícios do ecletismo, poucos elementos do acervo portuário, o conjunto dos canais criados pelo engenheiro sanitarista Saturnino de Brito e os jardins da orla marítima. A depender do acervo de bens tombados, a preservação da arquitetura moderna apresenta importantes lacunas, como denotam as recentes

demolições e descaracterizações da arquitetura desse período, entre os quais podem ser indicados: o Club XV, projeto de Pedro Paulo de Mello Saraiva e Francisco Petracco demolido em 1999; o Mercado de Peixes de José Carlos Quintas demolido em 2020; o Clube Atlético Santista projeto de 1947 de Ícaro de Castro Melo e Oswaldo Correia Gonçalves, com processo de tombamento aberto durante dez anos e lamentavelmente demolido em 2022 (Figuras 1, 2, 3).



Fonte: <https://www.novomilenio.inf.br/santos/h0171b.htm>.

FIGURA 1
Clube XV, Orla do Boqueirão, demolido
Autor: Pedro Paulo de Melo Saraiva e Francisco Petracco, 1964



Fonte: <https://www.novomilenio.inf.br/santos/h0371e.htm>.

FIGURA 2
Mercado de Peixes, Ponta da Praia, demolido

Autor: José Carlos Quintas, 1982

Fonte: <https://folhasantista.com.br/baixadasantista/condepasa-nega-tombamento-e-o-tradicional-clube-atletico-santista-deve-ser-demolido/>.

FIGURA 3

Clube Atlético Santista, Encruzilhada, demolido
Autor: Icaro de Castro Mello e Oswaldo C. Gonçalves, 1947

7

O cidadão santista tem muitas reminiscências sobre a cidade, largamente difundidas nos perfis de redes sociais, onde se relembra como era a cidade com efusivos elogios de um passado retratado em imagens. São inúmeros os grupos criados na plataforma Facebook ou perfis no Instagram, entre eles Santos Antiga, Santos Memória e Fotos Atuais, Santos de Outrora e de Agora e o Mundo em Fatos e Fotos. Essa visão saudosista, no entanto, não impediu que edifícios emblemáticos fossem paulatinamente demolidos, pois nunca houve uma preocupação mais evidente com a preservação do patrimônio ambiental urbano que extrapolasse os bens isolados, de caráter excepcional, ou sua arquitetura tida como mais significativa na configuração da paisagem urbana em sua dimensão do cotidiano.

É também atribuição dos conselhos de preservação promover e identificar o patrimônio cultural e natural. De modo equivalente, é urgente a elaboração de inventários que promovam o reconhecimento dos valores culturais da cidade não apenas de natureza material, mas que incluam referências de dimensão imaterial e simbólica. Dentro dessa ótica, a percepção de bens de caráter mais abrangente,

associados à fruição de grupos sociais diversificados, deveria ser replicada na elaboração de inventários que corroborem o entendimento do conceito de lugar de memória da cidade, enquanto construção coletiva, resultante do enraizamento e disseminação de processos e práticas culturais aderentes ao território, não necessariamente reconhecidas pela historiografia oficial. Também seria atribuição dos conselhos, uma vez identificados os proprietários de imóveis de interesse cultural, a oferta de auxílio técnico e incentivos fiscais, de forma a suplantar as dificuldades financeiras de manutenção do bem, colaborando para a valorização da preservação, como um bônus.

A elaboração de um inventário mais abrangente da arquitetura moderna santista, que admita expandir os limites da erudição arquitetônica, pode criar um movimento de reconhecimento efetivo da memória do cidadão, que se identifica com a arquitetura do cotidiano. Além disso promove a sua difusão desse conhecimento e fomenta o debate público ao redor da sua formulação, repercutindo o trabalho em fóruns registrando o posicionamento de técnicos e do público em geral. (Figuras 4, 5, 6).



Fonte: Prefeitura Municipal de Santos, processo 5280-05 Fotografia: Rafael D'Andrea, 2023

FIGURA 4
Edifício President, Bairro Ponta da Praia
Projeto de Jayme Salomão Fogelman, 1955



Fonte: A Tribuna, 10/11/1970 Fotografia: Mario Rodrigues Jr., 2022.

FIGURA 5
Banco da Economia de São Paulo, Centro
Projeto e construção ARENA arq. eng. adm. Ltda. 1969



Fonte: Revista Acrópole 130 fev. 1949, A Tribuna 24/02/1946 Fotografia: Mário Rodrigues Jr., 2023.

FIGURA 6
Edifício Ibicaba, Gonzaga. Autor: Jorge de Andrade P. de Carvalho, 1945

O arquiteto Fernando Lara dedicou-se a uma vasta pesquisa sobre o Modernismo Popular. Para ele:

No Brasil dos anos 1950, o modernismo foi extremamente popular, chegando a se inserir no cerne da identidade nacional e a representar um papel fundamental na cultura brasileira e partir daí os anos cinquenta no Brasil foram um momento sem igual para o desenvolvimento da autoimagem da nação. Isto não se deve apenas ao sucesso de sua arquitetura moderna no estrangeiro, mas ao relativo otimismo, relativa estabilidade política e econômica e principalmente à aceleração do modelo de desenvolvimento nacional. (...) O fato de que a classe média brasileira tenha adotado o modernismo como estilo e objeto de desejo, constitui uma intrigante divergência, um fenômeno que merece ser investigado e pode contribuir para a historiografia da arquitetura do século XX (Lara, 2007, p. 2).

A arquitetura do cotidiano traz em si todas as referências da arquitetura da moda, dos signos de poder. Essa arquitetura que não tem autor conhecido inclui elementos construtivos de um repertório erudito que se transforma, dá status e identidade social a uma certa camada da população, e desenha o ambiente urbano. No caso santista, a arquitetura moderna se reproduz com muita rapidez, seja na orla com os programas de edifícios multifamiliares para o lazer à beira-mar, como também em toda a cidade, uma feição racionalista que se multiplica a partir da reinterpretção dos modelos modernos iniciais. A classe média brasileira adota o modernismo como estilo e a cidade de Santos absorve as referências culturais de quem se apropria da nova arquitetura e a populariza. Ainda que a arquitetura moderna correspondente aos modelos pioneiros, tenha como propósito, em certos parâmetros, a mudança de um estilo de vida, pode-se afirmar que o espaço construído vai sendo adaptado. Muitas das novas construções terão como característica a popularização de pastilhas, telhados invertidos, pilotis, a adoção de elementos estéticos de obras conhecidas transformando-se no modernismo popular que se torna recorrente e que alcança status de identidade social (Figuras 7, 8).



Fonte: Correio Paulistano 28/01/1941, Folha de São Paulo 26/01/1941. Fotografia: Mario Rodrigues Jr., 2023.

FIGURA 7
Edifício Oscar de Souza Dantas, Centro
Autor: Antônio Bayma, 1939



Fonte: A Tribuna, 16/07/1954 Fotografia: autora, 2021.

FIGURA 8
Edifício Saint Peter, Orla do José Menino
Autor: Giorgio Carlos Ferraria e Joaquim Correa Lima,
construção Anglo Brasileira, 1954

É possível constituir uma linha do tempo da produção da arquitetura moderna santista que se configura com a implantação de edifícios ainda ecléticos a partir de 1930, passando pela configuração protomodernista ao redor dos 1940 e que desencadeia na abundante construção de edifícios multifamiliares, residenciais, comerciais e de serviços que adotam como estilo o moderno e popularizam esteticamente a sua feição. O mercado imobiliário aquecido, contratava arquitetos, mas também escritórios técnicos, pequenas empreiteiras e construtoras, que acabavam por produzir uma arquitetura moderna popularizada que se consolida e cria o ambiente urbano que se conhece até os dias atuais.

Ainda que o funcionalismo de Le Corbusier tenha inspirado uma geração de profissionais, a camada da população que entendia a “máquina de morar” era de uma classe privilegiada e a impessoalidade dessa proposta se contrapunha de certa maneira a uma arquitetura espontânea de cidades em pleno crescimento econômico, como era o caso de Santos em meados do século passado. A arquitetura sem arquitetos por vezes acaba por gerar construções com elementos popularizados da arquitetura moderna.

Assim, o mercado imobiliário oferece diversas bases, seja da arquitetura de profissionais com formação acadêmica incontestável e das releituras populares. Os levantamentos já efetuados mostram uma aderência dos arquitetos formados pelo curso de arquitetura do Mackenzie nos anos 1950 a 1970, ao mercado santista. A produção que está sendo estudada a partir do inventário é assertiva no que se refere a essas características, escritórios técnicos como o de Luiz Muzi e Artacho Jurado tem uma vasta produção dessa arquitetura popularizada, ao gosto do consumidor.



Fonte: Revista Acrópole 151 nov. 1950. Fotografia: Rafael D'Andrea, 2023.

FIGURA 9
Edifício Astro, Orla do Boqueirão
Autor: Escritório Técnico Luiz Muzi, 1951



Fonte: Folha de São Paulo 13 ago. 1955, Correio Paulistano 24 jan. 1954, Artacho Jurado: Arquitetura proibida de Ruy Eduardo Debs Franco. Fotografia: Mario Rodrigues Jr., 2023.

FIGURA 10
Edifício Enseada, orla da Ponta da Praia
Autor: Artacho Jurado, Monções construtora e imobiliária S.A., 1953

Inventário de exemplares modernistas santistas

Os inventários são instrumentos importantes para a compreensão e consolidação da memória de um lugar, um processo investigativo que pode definir os caminhos das políticas públicas preservacionistas além de ser ferramenta indispensável para documentar e criar um conjunto sistemático de levantamentos, análises e registros de dados históricos, arquitetônicos e urbanísticos. (Almeida; Mattos; Tourinho, 2018). Ao mesmo tempo que fornecem conhecimento, os inventários podem contribuir com informações primordiais do ambiente urbano que possam ser reconhecidos pela sociedade.

A prática de inventariar o patrimônio remonta da necessidade da proteção frente à iminente ação de vândalos, à destruição e à falta de conservação preventiva. Desde o século XVIII pós-revolução francesa a preocupação com a manutenção da história para futuras gerações vem estabelecendo critérios de resguardo.

No Brasil, foi a partir da criação do IPHAN na primeira metade do século XX que o patrimônio se tornou nacional e tombado a partir da inventariação de toda a arquitetura colonial. Embora a preocupação por parte dos intelectuais deste movimento tenha sido a salvaguarda dos bens culturais, estes a princípio foram apenas catalogados para conhecimento do patrimônio (Carvalho, 2011). Os inventários dessa forma, inicialmente, tiveram um lugar secundário já que o objetivo dos levantamentos eram o tombamento, ou seja, o próprio registro. Com o passar do tempo à essas avaliações foram sendo atribuídas outras necessidades como caracterizações estéticas e valores ambientais urbanos.

A descentralização dos mecanismos de preservação se dá a partir de 1970 já que passam a ser de responsabilidade dos Estados e em seguida dos municípios, que iniciam a reproduzir essa documentação lhes designando um caráter mais significativo e de pertença do lugar. O entendimento dos inventários começa a compreender a catalogação, o levantamento de fontes de informação e a produção de estudos e pesquisas, para garantir não apenas a proteção da integridade material do bem imóvel, mas o conhecimento sobre ele como um todo, em toda sua complexidade, visando a sua perpetuação através dos tempos dentro das alterações urbanas, sociais, culturais e econômicas desse processo evolutivo. (Carvalho, 2011)

A cidade é dinâmica, a população se relaciona com sua materialidade sem muitas vezes ter consciência de que tudo é memória. As casas, calçadas, o paisagismo, os postes e os bancos, os canais e o jardim da orla, tudo tem um significado, e quando nos referimos aos vários passados da cidade, essa dimensão tem significados diferentes.

O inventário é um instrumento que fornece as diretrizes para que possam ser aplicadas na prática as políticas públicas necessárias e possíveis para acautelamento dos bens de interesse histórico e cultural, e para que possam ser entendidos como um instrumento que fornece um olhar apurado, uma fonte de conhecimento do ambiente urbano. Desde a Carta de Atenas de 1931 se recomendava a execução de inventários de monumentos, não há forma de uma preservação e catalogação que seja eficiente sem uma documentação extensiva. Com o passar dos tempos isso foi se transformando, adicionando-se aos levantamentos informações cada vez mais específicas como as que o Conselho Europeu, em 1962, uniformizou internacionalmente, criando o Inventário do Patrimônio Cultural Europeu; ou ainda a Carta de Veneza de 1964 que demonstra a preocupação com a documentação disponível; a norma de Quito de 1967 que cita a importância de organizações técnicas; a Carta de Petrópolis de 1987 que encara os inventários de sítios urbanos tão importantes como os tombamentos (Cury, 2000). A ampliação da noção de patrimônio, a inclusão da arquitetura “modesta”, a relação entre bens culturais e o tecido urbano circundante, o fortalecimento da legibilidade urbana e reconhecimento do espaço como lugar de pertencimento, configuram o resultado dos inventários.

Como se nota, os inventários em geral são complementos de processos metodológicos de ações de preservação, o que se entende é que eles deveriam ser os protagonistas, sendo instrumentos de revelação do ambiente urbano como um todo. As características arquitetônicas que não estabelecem relações com a estrutura social, econômica cultural e técnica do ambiente trazem em si uma avaliação parcial. A cidade se revela a partir de todas essas relações e seus atores.

No ano 2000 o IPHAN criou uma metodologia de trabalho denominada Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC). A metodologia adotada procurou superar a divisão entre patrimônio material e imaterial, entre bens culturais de caráter monumental e referências do cotidiano, por meio da

identificação de bens representativos de diferentes grupos sociais, além da construção de novos instrumentos capazes de ampliar a compreensão dos significados atribuídos pelos grupos detentores desses bens e formas adequadas de preservação segundo a qual a delimitação da área do inventário se faz em função das referências culturais presentes do lugar e em escalas diferentes, seja o bairro, a vila, uma mancha urbana um conjunto de segmentos territoriais ou ainda uma região geográfica culturalmente viva.

No caso da cidade de Santos, a implementação de um inventário sobre arquitetura moderna é urgente se considerada a velocidade das transformações urbanas sobrepujando arquiteturas de interesse cultural, configurando descaracterizações importantes no ambiente urbano, o que faz com que a cidade perca valores simbólicos significativos. Na verdade, o resultado de qualquer inventário é trazer a comunidade ao alcance da preservação, perpassando pela sua responsabilidade, na medida que é ela a detentora privilegiada do bem e, portanto, legítima responsável pelo reconhecimento do seu patrimônio. O Inventário, nessa perspectiva, torna-se um fenômeno local e faz com que os atores sociais do lugar se mobilizem e reflitam como aquele elemento incide em sua vida, fazendo com que o patrimônio tenha em si outro valor se for preservado e valorizado pelo significado real que terá para aquele território.

Na cidade de Santos a prática de inventariar arquitetura de interesse histórico e cultural é recente, e veio como base para a criação de uma Área de Proteção cultural (APC) delimitada no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de 1998 (Lei 311/1998), a partir disso foi criado um programa de revitalização denominado Alegria Centro (Lei Complementar 470/2003) que instaurou graus de proteção para os imóveis inseridos na APC.

A partir de então não houve nenhum outro instrumento que pudesse avaliar contextualizar ou potencializar lugares de interesse da memória santista.

Metodologia

A escassez de estudos sobre a Arquitetura Moderna Santista vem ao encontro de questões que já há algum tempo se discute: a busca por exemplares modernistas inseridos na paisagem urbana, desprovidos de caráter monumental. Esta hipótese

foi levantada na dissertação de mestrado sobre a produção modernista na orla marítima intitulada *Arquitetura à Beira Mar* (Alves, 2000). Naquele momento esses exemplares foram classificados como uma arquitetura que variava entre o ecletismo com inspiração neoclássica, inserção do Art Deco, e expressões racionalistas e protomodernistas, porém sem a adoção de uma nomenclatura mais específica.

Em se tratando da arquitetura santista, a produção do período moderno é estabelecida sob forma de ocupação de áreas livres da cidade – como a orla marítima – e ainda por meio da substituição da arquitetura que a antecedeu, de manifestação eclética. Com o mercado imobiliário aquecido, havia um campo de trabalho vastíssimo para os arquitetos e engenheiros, que aos poucos se estabeleciam em Santos.

O inventário da arquitetura moderna santista integra um dos instrumentos práticos da pesquisa que está sendo formulada na elaboração da tese de doutorado intitulada *A feição da Arquitetura Moderna na Cidade de Santos – o estilo moderno entre a ideologia e a prática. A preservação e o descaso (em andamento)*. Para tanto, estão sendo mapeadas áreas de interesse, que se referem à implantação dessa arquitetura dentro do contexto urbano de expansão da cidade de Santos. Foram criadas fichas baseadas nos trabalhos de inventariação do DPH (Departamento do Patrimônio Histórico) da cidade de São Paulo, inicialmente elaboradas por solicitação da Companhia do Metropolitano de São Paulo, em função das obras que ocorreriam na área de influência imediata da Linha Vermelha em construção na ocasião, adotando critérios contemporâneos, já que a função vital da preservação é social, compreendendo a preservação de um repertório descolado da imagem comum de monumento ou de objeto de caráter apenas historicista, e levando em consideração bens de interesse que são passíveis de desaparecimento favorecido por transformações urbanas em curso (Baffi, 2006).

Não há políticas públicas municipais que determinem com precisão o que deve ser preservado, a falta de conhecimento do valor que essa produção representa para a memória urbana da cidade não está na prioridade da agenda urbana e cultural.

A pesquisa resultou na eleição de imóveis que caracterizem aspectos estilísticos e construtivos desde o protomodernismo, com adoções Art Deco e exemplares de feição correspondentes ao ideário clássico moderno, de plantas livres e pilotis e para esse processo, não se descartou a experiência empírica.


O inventário empírico já foi um modelo predominante nas práticas brasileiras e se detém no tempo passado porque está submetido aos critérios do observador que o realiza. (Rodrigues, 2016). Além disso o inventário santista se orienta pela pesquisa efetuada sobre a orla (Alves, 2000) que fornece informações baseadas no conhecimento já produzido sobre a arquitetura moderna somando-se a outra vertente utilizada que é a confrontação de endereços em arquivos municipais e processos de construção. A pesquisa em hemerotecas em busca de propagandas de jornais e revistas da época completa a pesquisa fundamentando historicamente os exemplares de interesse que provocam o levantamento *in loco* para confrontação do estado de descaracterização e análise da relevância do imóvel.

Dessa forma, são criadas e adotadas fichas que tratam de mapear o(s) edifício(s), por meio de uma iconografia histórica, sua implantação e ambiência, estado de conservação, estilo, técnica construtiva e imagens atuais (Quadro 1 e 2). A metodologia de trabalho leva em conta também alguns aspectos importantes como uma linguagem que não seja meramente técnica, para que possa servir a uma leitura fluida para a população ou para diversos fins, sejam profissionais, ou vinculados a instituições de preservação, como conselhos de patrimônio, mas que também possam ser reconhecidos pelos cidadãos, uma vez que a participação da sociedade civil, estudantes, pesquisadores, guias de turismo, são bem-vindas, tendo em vista a capacitação de conceitos e práticas (Carli; Tsagaraki, 2021).

A partir da decisão de quais dados seriam relevantes, se iniciou a inserção dessas informações colhidas em uma planilha de acesso aberto da plataforma do Google. (Quadro 2) Com essa ferramenta foi possível elaborar um formulário que permite inserir os dados sobre cada imóvel, o que gera um conjunto de dados quantitativos e qualitativos, aos quais são associados valores percentuais sobre o estado de conservação, uso, autoria e localização entre outros. Os dados sistematizados serão fundamentais para o georreferenciamento, etapa prevista a seguir, evidenciando dados importantes para a composição dessa produção no ambiente urbano de toda a cidade, informações sobre a localização da estrutura em relação a outras edificações e ao ambiente urbano.

O resultado do inventário é uma documentação abrangente que fornece valiosas informações sobre o contexto na qual a arquitetura santista em estudo foi erguida, fornece subsídios para que a comunidade possa entender seu valor e preservá-la. Os dados já inseridos na plataforma aberta do Google tem como

resultado o mapeamento de informações relevantes como a data de construção dos edifícios que confirmam o período de estudo com ênfase entre os anos 1950 a 1960, a sua implantação evidenciando os bairros de incidência dessa produção, o seu estado geral de conservação e permanência de características originais, uma descrição completa e detalhada das características arquitetônicas incluindo elementos como fachadas e materiais de construção, detalhes ornamentais, a predominância do uso seja para fins comerciais, residenciais, culturais, a existência de obras de arte agregadas, a autoria dos projetos e da construção.

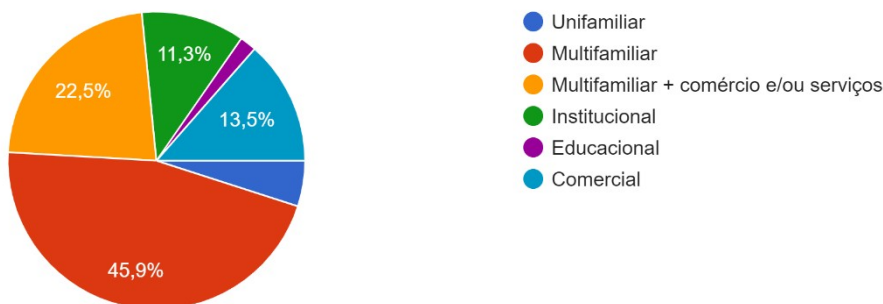
EDIFÍCIO PALMEIRAS	
ENDEREÇO: Rua Dr. Galeão Carvalhal, 20, Gonzaga, Santos - SP	
COORDENADAS: -23.967488285659808, -46.33008274977926	
Identificação Fotográfica	Dados históricos/arquitetônicos/ambientais
	Localizado na esquina da Rua Pereira Barreto com a Marechal Floriano Peixoto, o Edifício Palmeiras é formado por uma torre única ladeada pela calçada com 6 pavimentos tipo mais térreo com lojas. O projeto é de 1948 e de autoria do Escritório Técnico Luiz Muzi, responsável também pela construção de inúmeros prédios na cidade de Santos e São Vicente. A produção de Muzi se alinha com as características protomodernistas, com uma certa racionalização e com a adoção de elementos Art Deco. É um edifício multifamiliar de uso misto.
Autor do Projeto: Escritório Técnico Luiz Muzi	
Construção: Escritório Técnico Luiz Muzi	
Colaborador:	Ano do Projeto: 1948
Característica: Edifício Isolado	Nº de Pavimentos: 7
Uso Original: Residencial/Comercial	Uso Atual: Residencial/Comercial
Estado de Conservação: Bom	Grau de Alteração: Pouco Alterado
Observação: nota-se certa descaracterização no pavimento térreo devido uso inadequado de placas de identificação do comércio existente.	
	
Imagem 1 entrada principal	Imagem 2 desenho original da fachada
REFERÊNCIAS: SANTOS. Prefeitura Municipal de Santos. Processo Nº 13054/1948, Vitorino J. Pereira, 1948.	

Fonte: Ficha do inventário, elaborada pela autora

QUADRO 1

A ficha adotada para os levantamentos segue padrões já conhecidos

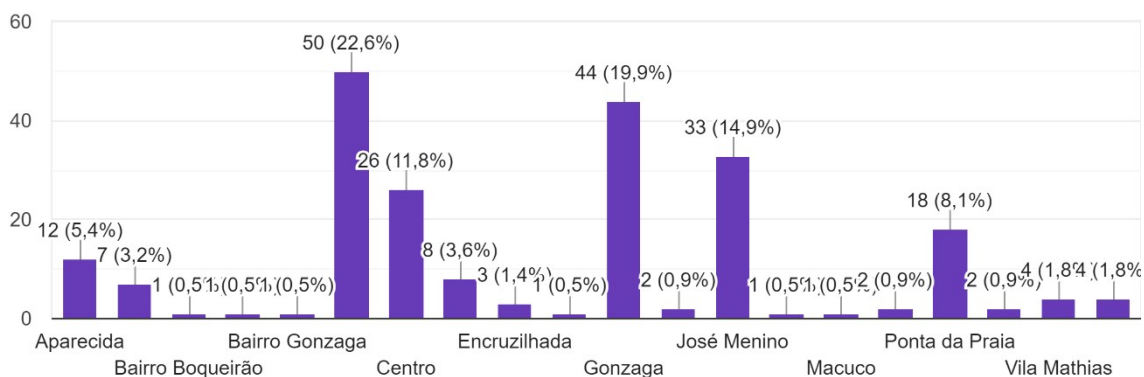
Uso
 222 respostas



Fonte: Resultados referentes a Uso do Solo, elaborado pela autora.

QUADRO 2
Tabulação gerada através da plataforma google (dados parciais maio/2023) auxiliam na compreensão do levantamento de dados

Bairro
 221 respostas



Fonte: Resultados referentes a localização dos imóveis, elaborado pela autora.

QUADRO 3
Tabulação gerada através da plataforma Google (dados parciais maio/2023) auxiliam na compreensão do levantamento de dados

A identificação do estilo arquitetônico predominante ou influências estilísticas na construção finalizam essa abordagem. O estilo arquitetônico predominante e as influências estilísticas seguem algumas etapas como a pesquisa histórica contextualizando a época da construção incluindo eventos culturais, políticos e sociais. Além disso fotografias antigas e registros em arquivo que possam elucidar características formais. Observa-se como relevante a análise de elementos decorativos, mitos desses edifícios inventariados possuem obras de arte agregadas. Ao aplicar essa abordagem, é possível obter uma compreensão mais profunda do contexto histórico e estilístico de uma construção, contribuindo para sua preservação e restauração de maneira autêntica.

Todas essas características fornecidas pelas fichas de inventário dão a exata compreensão da relevância da produção da Arquitetura Moderna Santista criando uma condição real da viabilidade da sua preservação, a avaliação do valor histórico, cultural e arquitetônico para a comunidade santista e para a valorização de exemplares que caracterizem uma contribuição para a historiografia da arquitetura moderna nacional.

Além disso a importância de se avaliar alguns imóveis sob a ótica de um inventário participativo não está descartada, já o inventário cultural com essa metodologia envolve a comunidade na valorização do seu próprio lugar de memória. O registro já efetuado de alguns imóveis e que apresentem documentação mais completa podem ser significativos se apresentados a seus moradores aumentando o repertório que possuem, fazendo com que se apropriem do conhecimento do lugar criando estratégias de preservação própria, tornando-se atentos a possíveis descaracterizações.

Conclusão

O levantamento de campo se consolida como a identificação dos bens e desse levantamento a partir de critérios preestabelecidos é que o inventário se consolida, ou seja, um conjunto de informações de bens selecionados que podem embasar políticas públicas de preservação. A urgência de ações de proteção em termos de legislação que avaliem a arquitetura moderna como de interesse histórico e cultural é urgente, já que o conhecimento por parte da população da existência de um

inventário que trata como patrimônio ambiental urbano o seu lugar de morar, reconhecendo esse produto como uma prática social, não existe. Esse instrumento de preservação abarca a participação de vários profissionais de diversas especialidades e de análises sobre as relações contemporâneas da população com o patrimônio cultural, bem como das pressões econômicas sobre sua conservação. (Rodrigues, 2016) e deve ser entendido também como prioridade social.

A Arquitetura Moderna Santista é mais do que as construções da orla e dos bairros de elite, é a do construtor que não é amplamente conhecido, mas traçou e desenhou o ambiente urbano. Já se conhece a qualidade dessa produção e já se sabe que o cidadão tem no seu imaginário afetivo o ambiente que usa diariamente para ir trabalhar, estudar. O necessário é levar a cabo e cobrar a implantação adequada das políticas públicas já existentes e para isso sabemos que não se pode esperar que o poder público arque com toda a responsabilidade, mesmo porque haverá frequentemente impasses e entraves no momento de se decidir entre um tombamento e uma nova construção que trará empregos e fará circular a economia, como se observa no discurso comum. Dentro dessa lógica, o tombamento e o acautelamento tendem a ser renegados, ou relegados a um plano secundário.

Em simultaneidade à aplicação das políticas públicas, há a produção acadêmica das universidades, que gera discussões e até mesmo soluções para nossas cidades e que deveria ocupar outro lugar que não fossem exclusivamente as estantes de bibliotecas ou de banco de dados. Há o conhecimento específico, há a reflexão adequada, porém, coexistem fragilidades que estão relacionadas à não aplicação dessas mesmas políticas públicas em vigência. O olhar desatento do cidadão que não se reconhece no ambiente urbano em que vive e que, portanto, não valoriza nem cultiva a memória urbana, também contribui para a intensificação de dinâmicas imediatistas resultantes da disparidade de forças entre agentes do mercado imobiliário e as representativas do tecido social. Para que as redes sociais possam disseminar mais que somente imagens do passado, é necessário ocupar os espaços de divulgação e de cidadania, criar fóruns de discussão, mobilizar grupos, conscientizar a sociedade.

A ideia de preservação do patrimônio cultural traz consigo uma relevante responsabilidade: a da cidade que cuida dela mesma, ou seja, o cidadão responsável e crítico que cuida do seu lugar de memória. A partir dessa premissa, têm se desenvolvido desde o século XIX teorias, revisões, discussões e práticas, que

contribuem para a preservação do patrimônio, na medida em que a sua verdadeira importância seja reconhecida pelo cidadão e se reflita em suas relações sociais. De qualquer forma, há mais de um século se discute como fazer para que a memória seja para o cidadão uma relevante e consciente memória. Se a memória é a parte da constituição da cultura e se relaciona diretamente com a sua produção, entende-se que esse novo olhar vivifica como essencial a qualidade de vida do indivíduo e conseqüentemente do coletivo.

O sentimento de pertença reforça as relações de identidades culturais entre o individual, o coletivo, o lugar, respeitando a diversidade e assegurando as subjetividades das práticas culturais. Dessa forma, para superar as lacunas das políticas públicas, há que dirigir a atenção a essas novas manifestações até então negligenciadas, fortalecendo possibilidade de proteção da memória, com base no entendimento do patrimônio cultural como fato social.

Ninguém preserva aquilo que não reconhece.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Eneida de; MATTOS, Paula de Vincenzo Fidelis Belfort; TOURINHO, Andreia de Oliveira. Inventários de bens culturais e documentação gráfica: uma experiência de extensão universitária. *Educação Gráfica*, São Paulo, v. 22, n. 2, 2018.

ALVES, Jaqueline Fernández. *Arquitetura à Beira Mar: Santos entre 1930 e 1970*. São Paulo, 2000. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo.

ALVES, Jaqueline Fernández. *A feição da Arquitetura Moderna na cidade de Santos – o estilo moderno entre a ideologia e a prática. A preservação e o descaso*. Manuscrito.

BAFFI, Mirthes Ivany Soares. O IGEPAC-SP e outros inventários da Divisão de Preservação do DPH: um balanço. *Revista do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo*, v. 204, 2006.

BARBOSA, Alexandre de Freitas; KOURY, Ana Paula. Rômulo Almeida e o Brasil desenvolvimentista (1946-1964): ensaio de reinterpretação. *Economia e Sociedade*, v. 21, p. 1075-1113, 2012.

CARRIÇO, José Marques. O Plano de Saneamento de Saturnino de Brito para Santos: construção e crise da cidade moderna. *Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo*, n. 22 p. 30-46, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4506.v0i22p30-46>.

CARVALHO, Thaisa Soares de; AMARAL, Luiz Cesar Perucio. Os inventários como instrumentos de preservação: da identificação ao reconhecimento. In: SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, 9., Brasília, jun. 2011. Disponível em: https://docomomobrasil.com/wp-content/uploads/2016/01/048_M11_RM-OsInventariosComoInstrumentos-ART_taisa_carvalho.pdf.

CAVALCANTI, Lauro; LAGO André Correa. *Ainda moderno? Arquitetura brasileira contemporânea*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

CAVALCANTI, Lauro; LAGO André Correa. *Moderno e brasileiro: a história de uma nova linguagem na arquitetura (1930-60)*. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 2006.

CAVALCANTI, Lauro; GUIMARÃES, Dinah. *Arquitetura Kitsch suburbana e rural*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade; Editora UNESP, 2001.

CURY, Isabelle (org.). *Cartas patrimoniais*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

DE CARLI, Georgina; TSAGARAKI, Christina. *Un inventario de bienes culturales. Por qué y para quién?* São José, Costa Rica: Instituto Latino-Americano de Museus, 2008. Disponível em: <https://ilamdocs.org/documento/2845/>.

INVENTÁRIO de estilos arquitetônicos da cidade de Santos. Prefeitura Municipal de Santos, 2011. Disponível em: https://www.santos.sp.gov.br/static/files_www/conselhos/CONDEPASA/inventrio_de_estilos_arquitetnicos_da_cidade_de_santos.pdf.

INVENTÁRIO nacional de bens imóveis: sítios urbanos tombados. Manual de preenchimento. versão: 2001. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <https://livraria.senado.leg.br/inventario-nacional-de-bens-imoveis-e-sitios-urbanos-tombados-vol-82>.

INVENTÁRIO Nacional de Referências Culturais (INRC). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/685/#:~:text=Patrim%C3%B4nio%20Cultural,Invent%C3%A1rio%20Nacional%20de%20Refer%C3%A2ncias%20Culturais%20\(INRC\),-O%20Invent%C3%A1rio%20Nacional](http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/685/#:~:text=Patrim%C3%B4nio%20Cultural,Invent%C3%A1rio%20Nacional%20de%20Refer%C3%A2ncias%20Culturais%20(INRC),-O%20Invent%C3%A1rio%20Nacional).

LARA, Fernando. *Insustentável leveza da modernidade*. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.076/319>.

LARA, Fernando. *Popular modernism: an analysis of the acceptance of modern architecture in 1950s Brazil*. Michigan, EUA, 2001. Tese (Doutorado) – Universidade de Michigan.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Patrimônio ambiental urbano: do lugar comum ao lugar de todos. *CJ Arquitetura*, n. 19, 1978.

MINDLIN, Henrique. *Arquitetura Moderna Brasileira*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora/IPHAN, 2000.

MOTTA, Lia; SILVA, Maria Beatriz Resende (org.). *Inventário de identificação: um programa da experiência brasileira*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998.

NASCIMENTO, Rodrigo. Mapeamento dos Conselhos Municipais de Patrimônio Cultural no Estado de São Paulo. *Políticas Culturais em Revista*, Salvador, v. 11, n. 1 p. 308-343, 2018.

OLENDER, Marcos. Uma “medicina doce do patrimônio”. *Vitruvius*. ano 11, set 2010. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.124/3546>.

ROCHA, Ricardo. *Resenhar Brazil Builds*. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/12.142/4923>.

RODRIGUES, Marly. Inventário de bens culturais: conhecer e compreender. *Revista CPC*, São Paulo, n. 21 especial, p. 31-48, 2016.

STOCKER, Jorge Luís. *Workshop digital inventários na prática: instrumento de preservação do patrimônio cultural*. fev. 2021. Disponível em: <https://www.instagram.com/ocampanario/>.

ZEIN, Ruth Verde. *Arquiteturas do Brasil, 1900-1990*. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/01.001/3255#:~:text=O%20livro%20de%20Hugo%20Segawa,o%20autor%20n%C3%A3o%20pretende%20esgotar.>

Perfis de mídias sociais

Santos Antiga [https://www.facebook.com/photo/?fbid=2641810842508404&set=p.2641810842508404,](https://www.facebook.com/photo/?fbid=2641810842508404&set=p.2641810842508404)

Santos Memória e Fotos Atuais
<https://www.facebook.com/photo/?fbid=1799315870082600&set=p.1799315870082600>

Santos de outrora e de agora e o mundo em fatos e fotos
<https://www.facebook.com/photo/?fbid=2290282481202713&set=p.2290282481202713>

Jaqueline Fernández Alves é Professora da Universidade Santa Cecília (UNISANTA). Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Judas Tadeu (USJT). Mestre em Restauração e Reabilitação de Edifícios pela Escola Técnica Superior de Arquitetura da Universidade Politécnica de Madrid. Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (USP). Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Católica de Santos. Bolsista da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Cristina de Campos é Professora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Judas Tadeu (PGAUR-USJT). Mestre, Doutora e Pós-Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (USP). Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Bolsista do Instituto Ânima.

Como citar:

ALVES, Jaqueline Fernández; CAMPOS, Cristina de. Inventário da Arquitetura Moderna Santista: subsídios para sua preservação. *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 20, n. 1, jan./jun. 2024. Disponível em: pem.assis.unesp.br.